

RASTROS DA HISTÓRIA GEOGRÁFICA DO MENOR

Permanência e transformação em pequenas localidades

*TRAILS OF SMALLER'S GEOGRAPHICAL HISTORY
Permanency and transformation in small localities*

Gustavo Maciel Gonçalves¹ e Ana Paula Neto de Faria²

Resumo

Este artigo busca demonstrar a importância de uma compreensão aprofundada de fenômenos vinculados às pequenas localidades e apresenta um estudo com informações sobre fenômenos histórico-geográficos relacionados à Colônia de Pescadores Z3, uma vila de pescadores de Pelotas/RS. O objetivo é o de dar visibilidade à sua história geográfica e cultural. O estudo foi conduzido através de: pesquisa bibliográfica e cartográfica, mapeamentos e levantamentos fotográficos do território e da paisagem local em diferentes períodos temporais e análises e interpretação dos levantamentos. Os resultados demonstram aspectos da trajetória de ocupação do território e da identidade estética e cultural da localidade: a) origem e trajetória; b) características e limitações impostas por fatores ambientais, territoriais e socioeconômicos; e considerações sobre c) o ambiente cultural e d) a evolução da forma urbana. Ao fim, são feitas considerações, buscando-se problematizar de forma crítica a situação na qual se encontra a localidade atualmente.

Palavras-chave: geografia histórica, pequenas localidades, ocupação territorial, ambiente cultural.

Abstract

This paper seeks to demonstrate the importance of an in-depth understanding of phenomena related to small localities and presents information on historical-geographical phenomena related to Colônia de Pescadores Z3, a fishing village in Pelotas/RS. The aim is to give visibility to its geographical and cultural history. The study was conducted through bibliographic and cartographic research, mappings and photography of the territory and the local landscape in different periods as well as analysis and interpretation of them. The results demonstrate aspects of the trajectory of occupation of the territory and the aesthetic and cultural identity of the locality: a) origin and trajectory; b) characteristics and limitations imposed by environmental, territorial and socioeconomic factors; and considerations about c) the cultural environment and d) the evolution of the urban form. At the end, final considerations are made, seeking to critically problematize the situation in which the locality currently finds itself.

Keywords: historical geography. small localities. territory occupation. cultural environment.

1 Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestrando do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR-UFRGS).

2 Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Mestre e Doutora pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR-UFRGS). Professora Adjunta do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pelotas.

Introdução

A globalização e a internacionalização nos contextos econômico e cultural têm atribuído ao fenômeno urbano uma problemática referente à manutenção de características locais em detrimento de certos modelos externos. As pequenas localidades, como as pequenas cidades, os pequenos assentamentos nas bordas das cidades e as localidades tidas como remotas, participam dessa dinâmica mais ampla das estruturas e redes urbanas de modos bastante específicos. No campo cultural, esses espaços, que são ricos em particularidades internas, ficam submetidos ao jogo da moda e às mídias de massa, que geram impactos sobre os modos de vida tradicionais, as visões de mundo e os atributos artesanais da cultura dos grupos sociais envolvidos. Já no campo econômico, novas condições são inseridas nas dinâmicas dessas localidades, com a penetração do capital imobiliário e financeiro e com a modificação dos modos de reprodução social e econômica locais, implicando indiretamente em transformações culturais.

Advoga-se que, por serem reduzidas em porte, as pequenas localidades muitas vezes desenvolvem capacidades para se adaptar às realidades mais amplas do contexto em que se inserem, assim como reconhecem seus valores culturais e resistem em mantê-los vivos, servindo, em certos casos, como um modelo daquilo que hoje é entendido como resiliência. No entanto, ainda são escassos os estudos que abordam as pequenas localidades. Tem-se observado uma tendência dos trabalhos científicos que reforça a negligência ao estudo das pequenas localidades ao priorizar sistematicamente investigações que abordam grandes cidades, cidades conurbadas e regiões metropolitanas. O entendimento das dinâmicas vinculadas a esses espaços menores e as suas relações com o contexto em que estão inseridos é uma lacuna nos estudos vinculados ao planejamento, cujo preenchimento é uma direção potencial para o reconhecimento desses lugares, com implicações importantes para as políticas públicas urbanas e regionais.

Neste artigo, como resposta ao que foi acima exposto, propõe-se a organização de informações sobre a Colônia de Pescadores Z3, uma vila de pescadores situada às margens da Laguna dos Patos, na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul. Essa organização será conduzida a partir de uma abordagem histórico-geográfica, priorizando-se uma avaliação do processo de ocupação do território enquanto condicionado por uma série de fatores históricos e geográficos. O objetivo do trabalho é o de dar visibilidade à história geográfica e cultural local, associando-a aos aspectos ambientais, políticos, econômicos, sociais e culturais envolvidos no processo de ocupação do território.

Além desta introdução, o artigo possui mais seis seções. Na próxima seção apresenta-se uma revisão teórica sobre assuntos que são fundamentais ao que o artigo pretende discutir e desenvolver, organizando-se breves ligações teóricas e pressupostos sobre as ideias de transformação, permanência e apagamentos nos estudos histórico-geográficos. Na sequência apresentam-se fatos históricos referentes ao início da ocupação das regiões litorâneas no estuário da Laguna dos Patos e a trajetória dos diferentes agrupamentos populacionais que levaram à cabo a urbanização da Colônia de Pescadores Z3. Posteriormente, são apontadas a) as características e limitações ambientais, territoriais e socioeconômicas que têm condicionado o processo de ocupação do território e b) as características e problemáticas vinculadas ao ambiente sociocultural e à paisagem urbana. Na penúltima seção são desenvolvidos os resultados de alguns levantamentos que se referem à evolução da forma urbana da localidade a partir das transformações, permanências e desaparecimentos sobre o território. Ao fim, são feitas as considerações finais do trabalho, buscando-se problematizar de forma crítica a situação na qual a localidade se encontra atualmente.

Transformações, permanências e apagamentos histórico-geográficos: algumas ligações teóricas e pressupostos

A compreensão das dinâmicas do espaço urbano, dentre as quais pode-se enumerar os processos de ocupação do território e a produção de identidades estéticas e culturais, geralmente passam pela condição de uma leitura coordenada entre fatores históricos e geográficos. O espaço geográfico é um fenômeno multidimensional, produzido historicamente pelas características ambientais, sociais, econômicas, políticas e culturais de cada sociedade (RAFFESTIN, 1993; SANTOS, 2006; TUAN, 1980; MASSEY, 2008). Milton Santos compreende o espaço geográfico como um subproduto do tempo, quer dizer, a sedimentação de ações despendidas em diferentes momentos históricos moldam o espaço-território e a paisagem (SANTOS, 1986).

A ideia de território introduzida por Raffestin (1993) vincula o espaço geográfico à uma relação de poder e de posse de um indivíduo ou de um grupo sobre uma porção desse espaço, cuja delimitação é determinada por uma fronteira visível ou invisível. Essa fronteira, que em certos casos pode se configurar como um limite intransponível, é organizada por algum tipo de conexão do indivíduo ou do grupo com aquela parcela espacial, podendo essa conexão ser estabelecida por fatores de cunho social, econômico, político ou cultural (RAFFESTIN, 1993). Ao fixar-se na essência política do conceito de território, Souza (2000) propõe que existiria uma imbricação deste com as noções de autonomia e de desenvolvimento. O autor faz a pressuposição de que um mesmo espaço pode ser territorializado por diferentes grupos em diferentes momentos, de acordo com as modalidades de poder exercidas sobre o território e a concepção de desenvolvimento envolvida na relação de poder (SOUZA, 2000).

A paisagem, por sua vez, estaria mais voltada para um conjunto de formas que demonstram as heranças correspondentes às sucessivas relações entre o humano e a natureza (SANTOS, 2006). Portanto, a paisagem é muito vinculada aos aspectos estéticos que são produzidos pela ocupação humana do espaço geográfico, normalmente moldados pela cultura e pela visão de mundo dos grupos sociais (TUAN, 1980; SEPÄNMAA, 1993; CARLSON, 2009; ANDREOTTI, 2013). Sob o entendimento do espaço geográfico, Claval (1999) coloca a cultura como a totalidade de comportamentos, atitudes e preferências ambientais, saberes, técnicas, conhecimentos e valores acumulados e transmitidos de uma geração a outra. O ambiente cultural, dessa forma, tem a ver com os aspectos relacionados à humanização da paisagem que não são meramente físicos, mas que são constituídos também de significação histórica e cultural, simbolismos e identidades (CLAVAL, 1999).

Uma forma potencial de compreender o importante papel desempenhado pelo território e pela paisagem na dinâmica das pequenas localidades urbanas é pela abordagem morfológica histórico-geográfica³. As visões que vinculam essa abordagem ao fenômeno urbano priorizam uma compreensão baseada na contextualização de aspectos históricos desde as transformações, permanências e desaparecimentos inerentes ao processo de ocupação física do espaço (NETTO; COSTA; LIMA, 2014). Não é preceito deste artigo enumerar e aplicar de modo restrito e integral as teorias e métodos desenvolvidos por essa linha de estudos. Cabe, no entanto, destacar que o foco priorizado por essa abordagem é a evolução histórico-geográfica das formas urbanas em paralelo aos respectivos eventos históricos e mudanças políticas, sociais e culturais sobre a ocupação do território (CONZEN, 1960; WHITEHAND, 2001; NETTO; COSTA; LIMA, 2014). As concepções vinculadas a esta linha de estudos estão

distribuídas em diversas publicações e buscam identificar, a partir da trajetória histórica das localidades, os elementos morfológicos e as suas transformações, permanências e desaparecimentos ao longo do tempo. Dois conceitos importantes introduzidos ao estudo da forma urbana são a *Região Morfológica* e o *Período Morfológico*. A Região Morfológica se refere aos territórios morfológicamente homogêneos e que constituem uma unidade dentro da estrutura urbana. Além disso, diferentes porções do território podem ser entendidas como pertencentes a um período histórico, o qual motiva a homogeneidade morfológica (ou, em outras palavras, o surgimento de regiões morfológicas), e cujo termo incide na diferenciação de cada território aos demais territórios contíguos. A esta concepção deu-se o nome de Período Morfológico.

As noções destacadas nesta seção do artigo oferecem elementos para que se possa conjecturar o seguinte: no processo de apropriação humana do espaço, as trajetórias da natureza e as trajetórias humanas moldam os padrões socioespaciais da ocupação do território e definem social e culturalmente a produção do território e da paisagem. Ao admitir-se a relação entre espaço e tempo, pressupõe-se que é possível identificar, observar e analisar aspectos dinâmicos do território e da paisagem a partir das transformações, permanências e desaparecimentos que neles se sedimentam. Essas dinâmicas são pautadas por relações de poder e posse entre os indivíduos e relativizadas pelas gradações de autonomia exercida por eles. Cada permanência pode ser interpretada como o resultado de um processo, o qual pode acontecer, por um lado, de forma espontânea, informal e pacífica, ou, por outro lado, formal, imposta, ou conflituosa. Ainda que tal processo seja inerente ao passado, ele resulta na demarcação dos limites espaço-temporais do território e na fisionomia da paisagem do presente, predispondo a evolução urbana histórica para um caminho futuro.

É dentro desses pressupostos que será conduzida a organização e a compilação de informações histórico-geográficas inerentes à Colônia de Pescadores Z3, uma pequena localidade situada às margens da Laguna dos Patos, na zona rural da cidade de Pelotas/RS. Para isso, foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica, com a consulta de estudos de diversas áreas que tratam da localidade e uma pesquisa cartográfica de imagens matriciais antigas que permitissem recuperar o processo de ocupação do território. Além disso, foram feitos levantamentos fotográficos e mapeamentos da estrutura urbana física em diferentes períodos históricos, os quais contribuíram para o esclarecimento dos resultados. Para maior fluidez do texto e otimização da linha de pensamento, optou-se por indicar com maior detalhe os procedimentos adotados nos levantamentos oportunamente ao longo do artigo.

De antemão, aponta-se que, no processo de ocupação urbana da Colônia de Pescadores Z3, as dimensões ambiental, política, econômica, social e cultural se mostram claramente imbricadas no espaço. O território compreende a formação e a transformação do núcleo físico-espacial, que têm sido condicionadas, sobretudo, a) pelas características impostas pelo ambiente natural de suporte, b) pelas suas limitações territoriais sociopolíticas e ambientais e c) pelas características e crise do sistema socioeconômico da pesca extrativa artesanal. Para além do fato de contribuir com uma leitura elaborada sobre fenômenos inerentes às pequenas localidades, o caso específico da Colônia de Pescadores Z3 é abordado nesse artigo pois entende-se que os três aspectos mencionados (a, b e c) possuem condicionantes que têm produzido impactos negativos sobre a reprodução da vida social e dos valores culturais e históricos locais. Trata-se de uma localidade em que ainda se pode observar as relações entre a paisagem natural, a cultura e as identidades históricas e onde a regulamentação urbana oficial ainda não se faz presente.

³ A Escola Inglesa de Morfologia Urbana, que tem como precursor o geógrafo M. R. G. Conzen (1907-2000), é pioneira nessa área de estudos.

Origem e trajetória de ocupação por diferentes grupos no Arroio Sujo

Anjos, Niederle e Caldas (2004) e Anjos *et al.* (2004) apontam que foi ao longo do século XIX que a atividade da pesca extrativa marcou os primeiros registros nas localidades próximas ao estuário e à costa interna da Laguna dos Patos. Nessa época, os pescadores nativos detinham a posse e o controle de todas as etapas da produção⁴. Na segunda metade desse mesmo século, a atividade abarcou a influência portuguesa no sistema de técnicas e de práticas da pesca e também em aspectos socioculturais: “Com a vinda dos pescadores portugueses originários da *Póvoa do Varzim*, houve a introdução de novas técnicas produtivas, trazendo consigo as primeiras mudanças significativas nos processos de produção.” (ANJOS *et al.*, 2004, p. 11).

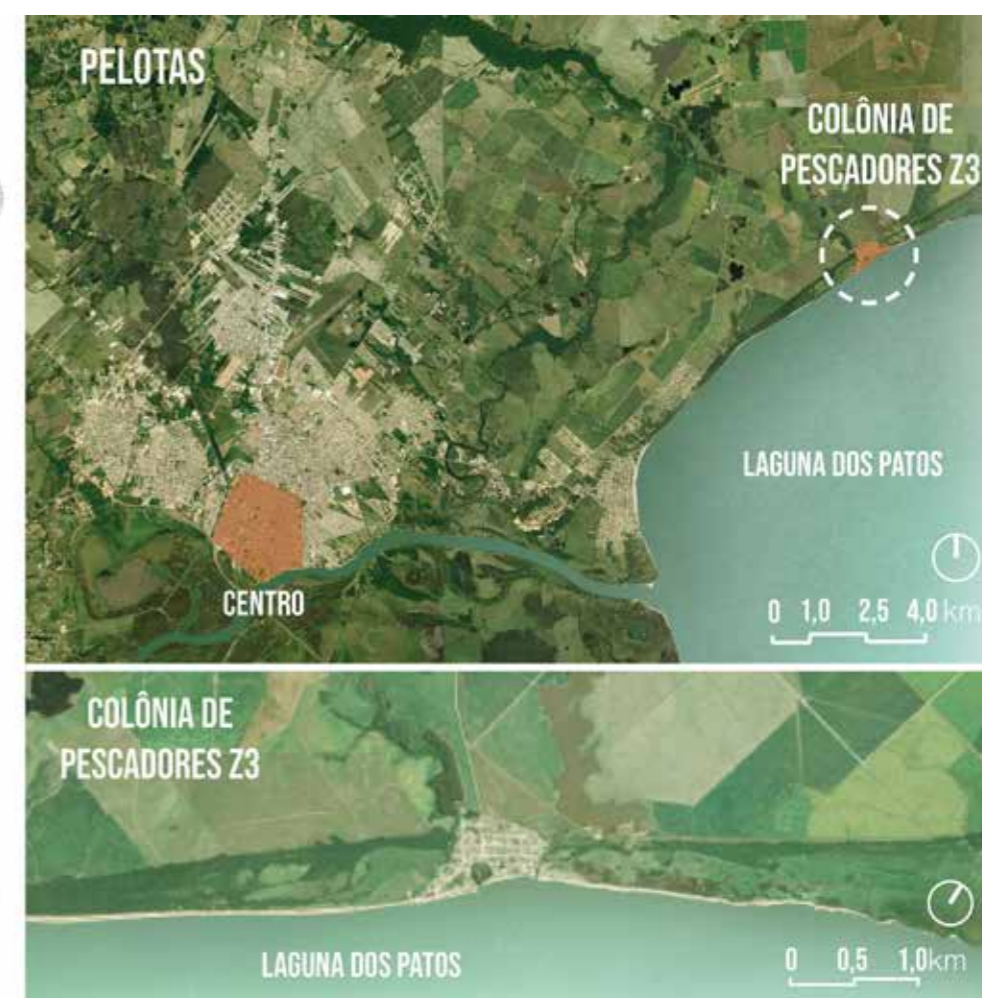
No ano de 1912, pela iniciativa da Marinha do Brasil, instaurou-se a Lei Federal Nº 2.544. Dentre outras determinações, a lei instituiu as Zonas de Pesca (Zs) nas costas litorâneas brasileiras, colocando-as sob a tutela do Ministério da Agricultura (FIGUEIRA, 2009). Maldonado (1968) aponta que uma série de fatores levaram ao estabelecimento da ideia estratégica da ocupação do território litorâneo nacional por comunidades pesqueiras. Dentre esses fatores, destacam-se a organização das cadeias produtivas e das populações associadas, a preocupação com a exploração dos recursos marítimos por parte da pesca industrial predatória e a própria defesa do território nacional (MALDONADO, 1968). Entendia-se que agrupamentos em comunidades costeiras poderiam ser potentes desenvolvedores de conhecimentos das regiões costeiras, podendo, desse modo, instrumentalizar a elaboração e aplicação de estratégias de defesa nacional (FIGUEIRA, 2009).

A Zona de Pesca 3 do Rio Grande do Sul, situada em Pelotas, surgiu dentro desse contexto histórico. A Colônia de Pescadores Z3 é a vila-sede desse distrito e foi fundada em 1921 (DELAMARE, 2017). Trata-se de uma comunidade de *pescadores profissionais artesanais*⁵ situada na zona rural do município, junto à Laguna dos Patos (ver Figura 1). O nome *Colônia de Pescadores Z3* possui outras toponímias que resumem o contexto e a identidade do lugar: *Colônia de São Pedro*, nome original da comunidade com a identificação ao padroeiro católico ou o *Arroio Sujo*, nome popular que se refere a um dos arroios que margeia a vila.

Figueira (2009) coloca que a ocupação inicial do território teria sido iniciada a partir da imigração de grupos vindos de diferentes lugares. Desde os primeiros anos da ocupação, compareceram populações vindas da área urbana e de outras áreas rurais da cidade de Pelotas, bem como de outras cidades do estado como Piratini, Viamão, Rio Grande e Tapes, as quais se estabeleceram em pequenas casas de madeira e palha (FIGUEIRA, 2009). O grupo social e etnocultural existente hoje é fruto de um processo de construção protagonizada também pela imigração de pescadores catarinenses de cidades como Laguna, Itajaí e Florianópolis, que teria ocorrido sobretudo a partir de meados das décadas de 1940 e 1950 (*ibid.*). Em meados de 1970, houve um numeroso aporte populacional que deixou a Ilha da Feitoria (situada a uma hora a norte de barco da Z3) para o local, em decorrência da dificuldade no acesso à serviços básicos na ilha (*ibid.*). Conforme destacam Delamare, Simon e Sato (2015), houve também, durante a década de noventa, um movimento bastante significativo de pessoas advindas das

4 Para um entendimento mais completo dos fatos históricos antecedentes às ocupações costeiras no litoral brasileiro, de um modo geral, e no baixo estuário da Laguna dos Patos, em específico, sugere-se a leitura de trabalhos como: Maldonado (1968), Anjos, Niederle e Caldas (2004), Anjos *et al.* (2004) e Figueira (2009).

5 Pescadores profissionais artesanais são registrados aos Sindicatos de Pescadores e realizam atividades de pesca extrativa artesanal, geralmente dotados de técnicas tradicionais e artesanais geracionais (FIGUEIRA, 2009).



zonas urbanas periféricas e rurais do município de Pelotas para a vila. Acredita-se que isso teria sido motivado, naquela época, pela alta ocorrência de desemprego na cidade em decorrência da crise da indústria de doces em conserva, assim como pela sequência de safras produtivas para a atividade da pesca (*ibid.*).

A caracterização demográfica e socioeconômica recenseada pelo IBGE nos censos de 2000 e 2010 (IBGE, 2003; 2011) demonstram que, somente na porção territorial correspondente à vila-sede, a população residente no local (somatório da população por setores censitários) diminuiu de 2.291 pessoas em 2000 para 2.198 em 2010. O mesmo ocorreu para o percentual de domicílios ocupados que decresceram de 87,51% em 2000, para 84,21% em 2010 (IBGE, 2003; 2011). Por outro lado, a área ocupada por edificações e o crescimento territorial do núcleo aumentou significativamente nesse período, como será buscado demonstrar na sequência. É entendido que esse descompasso possa ser explicado pelo perfil sazonal da população local durante os períodos de defeso⁶ (DELAMARE; SIMON; SATO, 2015), sobretudo durante a safra do camarão.

Partindo dessa contextualização inicial sobre a localidade, na sequência, a localidade será caracterizada em seus aspectos ambientais, sociais, políticos e econômicos e será buscado demonstrar como esses aspectos tornaram a moldar os padrões da ocupação territorial e de transformação dos ambientes urbano e natural.

6 Período de defeso é aquele em que a atividade da pesca é controlada ou vetada, de acordo com as épocas de reprodução dos organismos aquáticos.

Figura 1 - Mapeamentos identificando a localização da Colônia de Pescadores Z3, Pelotas/RS. Fonte: elaborado pelos autores a partir das bases vetoriais de Municípios e Unidades da Federação (IBGE, 2020) e imagens de satélite do GoogleEarth, 2018.

Caracterização de aspectos ambientais, territoriais e socioeconômicos

A Colônia de Pescadores Z3 se assenta sobre uma zona sensível do ponto de vista ambiental, na interface com a Laguna dos Patos, de modo que o território pertencente à comunidade carece de áreas adequadas para se expandir. As feições geomorfológicas e biogeográficas da costa interna da Laguna, sobretudo nas imediações onde a vila fica situada, fazem referência a diferentes ecossistemas que possuem certas características de dinâmica, funções ambientais interdependentes e capacidades de absorção de impactos bastante específicas. O Mosaico Urbano-Ambiental produzido para a situação de 2018, constante na Figura 2, demonstra que a maior parte do território pertencente à comunidade fica sobre áreas correspondentes a dunas fixadas por matas de restinga, banhados e faixas de praia, estando em muitos casos adjacente ou entrecortado por cursos hídricos. A seguir, é feita uma categorização desses ecossistemas costeiros contíguos à Z3, com base em Faria, Palma e Naoumova (2013), Delamare, Simon e Sato (2015) e Gonçalves e Faria (2020):

a) *Faixas de praia*: são paralelas à linha de costa e cobertas por areia litorânea e por conchas marinhas em processo de variação de largura, sendo que há registros de sedimentações em alguns pontos e erosões em outros.

b) *Banhados*: sucedem as faixas de areia e se estendem entre elas e as dunas fixadas. São superfícies periodicamente alagadas e têm sua dinâmica influenciada pelo regime sazonal das precipitações e variações no nível da lagoa e dos cursos hídricos que desembocam nela.

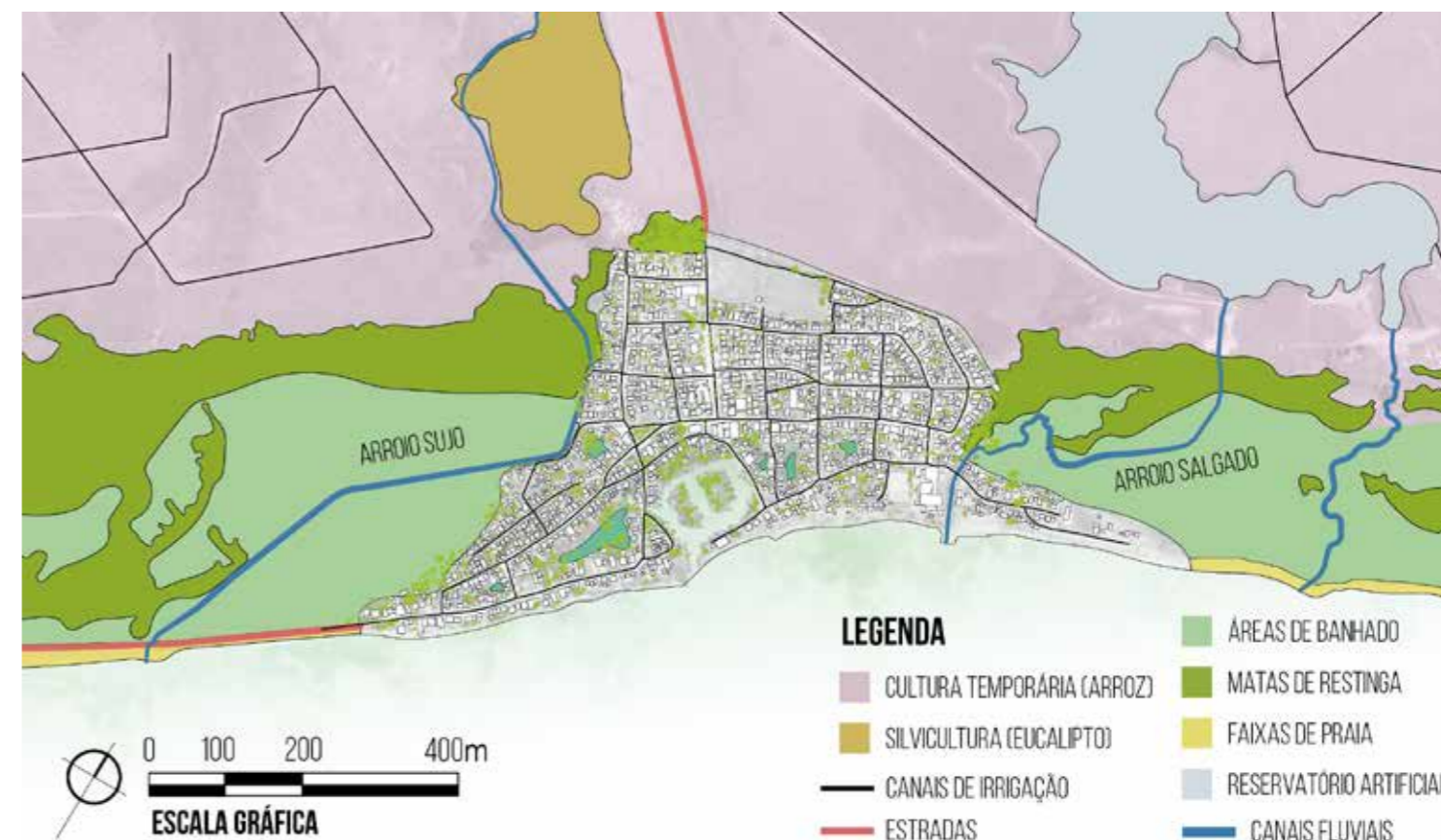
c) *Dunas fixadas por matas de restinga*: configuram-se em faixas subsequentes aos banhados com desnível topográfico em direção à lagoa. A fixação do ecossistema é estruturada por matas de restinga com vegetação arbórea típica do litoral gaúcho. O mato encontra-se em processo avançado de enriquecimento e diversificação bem como de expansão territorial no sentido sudoeste-nordeste (ver Figura 3) se estendendo, a sudoeste, próximo à faixa de praia.

d) *Áreas Campestres*: para além do mato nativo, os campos litorâneos em maior altitude se estendem até a Serra do Sudeste, com solos em condições de umidade mais baixas e sem variações significativas nos níveis topográficos. Os campos são mais predominantemente utilizados para a cultura de arroz irrigado, a silvicultura e a pecuária bovina.

e) *Cursos hídricos*: a vila é intermediada por dois canais fluviais: o Arroio Sujo, a sudoeste e o Arroio Salgado a nordeste.

O núcleo urbano da Colônia de Pescadores Z3 surgiu com a ocupação irregular dessas áreas adjacentes à lagoa, dentro dos limites de uma propriedade rural. A posse de terras da comunidade foi regularizada somente em 1965 através de um acordo entre o proprietário e o Sindicato de Pescadores de Pelotas, ficando definido o território pertencente à comunidade, entre os dois arroios (FARIA; PALMA; NAOUMOVA, 2013).

O formato da regularização levada à cabo motivou o contexto societal e político, vigente até os dias atuais, no qual a gestão local e os mecanismos de acesso ao solo urbano e à habitação são predominantemente intermediados pelo Sindicato. Esse último é integrado pelos próprios pescadores e moradores da vila. Dessa forma, é possível comparar esse sistema de organização sociopolítica aos modelos de posse coletiva da terra, de autogestão comunitária e de ocupação informal do território. A regulamentação jurídica e urbanística oficial, até o momento, ainda não se faz presente e a Prefeitura Municipal de Pelotas, que reconhece a comunidade, tem buscado



contemplar somente demandas e necessidades mais localizadas, como é o exemplo do atendimento paliativo de problemas de infraestrutura, sobretudo aqueles vinculados à alagamentos e enchentes.

O atual limite territorial da vila, a noroeste, é demarcado por uma cerca de madeira. Para além desse limite, predominam as terras da propriedade, que são usadas, principalmente, para agricultura, silvicultura e pecuária. Os particulares não têm demonstrado interesse em vender partes das terras, de modo a viabilizar oportunidades mais adequadas para a expansão da malha urbana do núcleo. Por isso, a expansão física tem ficado restrita às invasões em terrenos alagadiços junto à orla, que não são fiscalizados pelos particulares. Dessa limitação à expansão territorial do núcleo resultou uma dinâmica de crescimento para dentro das quadras que tem tornado a ocupação da área disponível cada vez mais densa, hostilizando assim as funções ambientais e a capacidade de absorção de impactos dos ecossistemas costeiros.

As construções sobre as faixas de areia, com a crescente tendência de demarcação física de lotes individualizados tem comprometido a resiliência do ecossistema, além de bloquear o acesso físico e visual público à orla. Na faixa de banhados, o aterro e a criação de quarteirões têm dividido em várias partes um ecossistema que é naturalmente contínuo, mantendo os diferentes corpos inundados ilhados entre si. Nesse contexto, excetua-se somente o banhado central, aberto para dentro da lagoa de modo a possibilitar a criação de um atracadouro-baía. Sobre o cordão de dunas fixadas sobre matas de restinga, o alto adensamento de ocupação do solo é precedido pela remoção sistemática da vegetação arbórea nas imediações da vila, o que também interrompe a continuidade espacial das massas verdes e a conservação da flora nativa e da fauna silvestre associada. Esse fator também prejudica a infraestrutura ambiental que é o suporte da urbanização, uma vez que a vegetação impede a ocorrência de erosões e deslizamentos.

Figura 2 - Mosaico Urbano-Ambiental de 2018 da Colônia de Pescadores Z3. Fonte: elaborado pelos autores com base em Delamare, Simon e Sato (2015), sobre imagem de satélite do GoogleEarth, 2018.

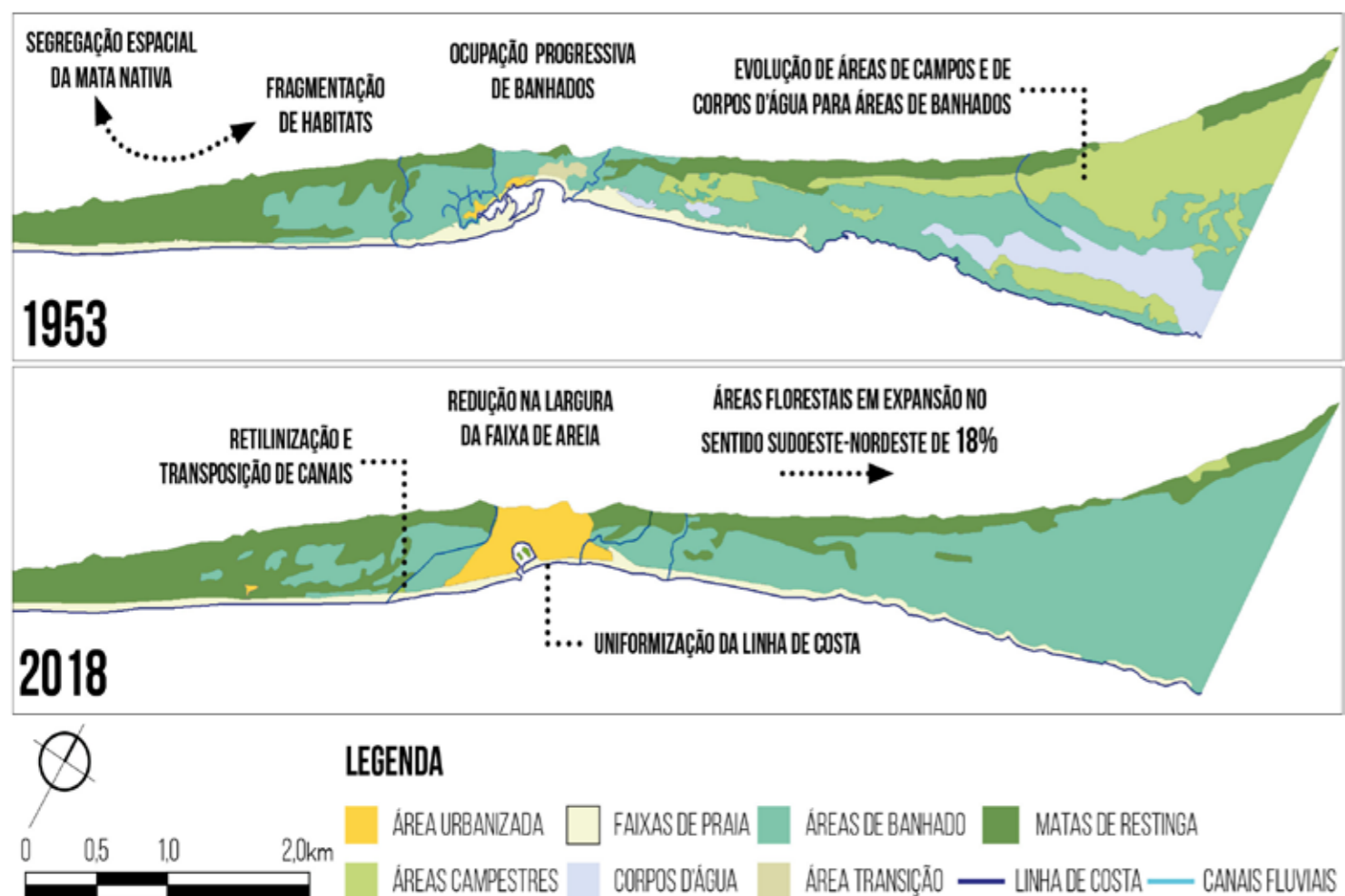


Figura 3 - Mapas de uso da terra e hidrografia da Colônia de Pescadores Z3 dos anos de 1953 e 2018, com apontamentos sobre as modificações averiguadas. Fonte: adaptado de Delamare, Simon e Sato (2015).

Na Figura 3, encontra-se um mapeamento de uso da terra e hidrografia em dois tempos (1953 e 2010). A partir desses mapas é possível identificar a trajetória dos principais elementos naturais e de como foram transformados, seja pela ação antrópica, seja pela sucessão natural dos ambientes. Fica evidente que, em sua trajetória dinâmica, a urbanização tem se mostrado como um impeditivo para a manutenção das funções ambientais dos ecossistemas, impedindo a continuidade espacial dos banhados e da mata nativa em expansão e motivando o aterro, a transposição e a retificação dos canais fluviais, dentre outros aspectos já mencionados.

Para além das limitações territoriais de ordem sociopolítica, a necessidade de minimização das distâncias físicas entre a urbanização e a lagoa, incitada pelas atividades econômicas relacionadas à pesca, também gera uma tendência à organização espacial do território que desempenha pressões sobre os ecossistemas costeiros. Ambos os fatores, o sociopolítico e o econômico, podem ser entendidos como corresponsáveis por alguns aspectos facilmente perceptíveis, do ponto de vista da forma urbana, como a densificação excessiva e o aumento no número de unidades habitacionais dentro de um mesmo lote, situações que podem ser quase diretamente vinculadas ao déficit habitacional. Outro desdobramento morfológico dessa lógica de ocupação é a necessidade da abertura de becos estreitos para que seja possível acessar as diversas unidades habitacionais que surgem em miolos de quarteirão.

Ademais, em termos socioeconômicos, a atividade da pesca extrativa tem percebido entraves à sua reprodução no estuário da Laguna dos Patos, sobretudo nas últimas duas décadas, em que se tem observado uma diminuição drástica dos volumes pescados. A necessidade de respeitar os períodos de defeso, a redução dos volumes

de peixe entrando na Laguna em decorrência da pesca industrial e de outros problemas ambientais, assim como, no contexto na Colônia Z3, o próprio crescimento populacional da vila são entraves à reprodução do modelo socioeconômico vigente. Sobre esse cenário de crise socioeconômica, Anjos *et al.* (2004) colocam o seguinte:

Em 1989, surge o IBAMA pela lei nº 7.735 de 22 de fevereiro, com o objetivo de solucionar os problemas ambientais que a expansão da atividade trouxe consigo. O Estado passa a definir políticas com base no “desenvolvimento sustentável”, incorporando uma série de restrições que afetam diretamente os pescadores artesanais: maior rigor quanto ao período de defeso, limite mínimo de comprimento e peso dos peixes, restrições sobre aparelhos de pesca, etc. O que cabe destacar é que a fiscalização concentra sua atuação próxima à costa, onde ocorre o trabalho dos pescadores artesanais, já que a fiscalização em oceano gera um custo maior, o que, mais uma vez, acabou sempre por beneficiar a pesca de grande porte, principal responsável pelos desequilíbrios ambientais gerados (ANJOS *et al.*, 2004, p. 12).

Figueira (2009) mostrou como a crise da pesca extrativa trouxe problemas preocupantes ao quadro social da vila como o desenvolvimento de estados depressivos e de baixa-autoestima nos moradores e ocorrência de casos de violência doméstica, tráfico de drogas e dependência química. O mesmo autor também associa à crise socioeconômica, o desinteresse da população jovem da localidade nas práticas culturais e nos saberes populares locais (FIGUEIRA, 2009).

O ambiente sociocultural e a paisagem urbana

Ao permear toda a dinâmica econômica da localidade, a atividade pesqueira compreende o envolvimento da maioria da população local ocupada, seja de forma direta ou por trabalhos vinculados ao beneficiamento, ao comércio, aos restaurantes, ao artesanato, dentre outros. Dessa forma, a pesca, enquanto atividade econômica, se desdobra em particularidades socioculturais da localidade. Ainda que sejam cada vez mais recorrentes as técnicas e instrumentais advindos do surgimento de tecnologias de captura em massa, os pescadores locais utilizam técnicas artesanais geracionais, diferenciando sua prática da pesca industrial.

Os fatores culturais e estéticos da paisagem urbana da Colônia de Pescadores Z3 já foram alvo de estudos anteriores (GONÇALVES; FARIA, 2020). Algumas informações serão incorporadas a este artigo para uma discussão mais aprofundada sobre as transformações, permanências e desaparecimentos inerentes ao ambiente cultural local.

Da intensa vinculação entre a atividade pesqueira, essencialmente vinculada às características e feições do meio ambiente natural, e a reprodução da vida social da comunidade surgem atributos culturais e estéticos muito específicos. A cultura local e o ambiente social são baseados em uma série de saberes populares como as técnicas de carpintaria naval e construtivas artesanais, as especificidades da vida cotidiana, os modos de apropriação do espaço pelas pessoas e as preferências estéticas da população, com o uso de motivos aquáticos e náuticos e de cores intensas e combinações cromáticas contrastantes, incluindo os barcos, as casas, a vegetação plantada e o vestuário da população. Na Figura 4, foram organizadas algumas fotografias referentes



aos anos 2000 e 2018, demonstrando características do ambiente cultural.

As habilidades de carpintaria naval artesanal são também empregadas na construção das casas e galpões. Além das técnicas construtivas em madeira, lembrando a tradicionalidade da construção de embarcações, surgem elementos decorativos como lambrequins, mostrando o orgulho dessa habilidade. As casas de lata, hoje já inexistentes, são um retrato do gosto da população por um estilo arquitetônico que aproveita materiais e se preocupa em trabalhar a decoração das casas. Aparecem também muitos vitrais coloridos bem como outras peças relacionadas ao contexto aquático, retratando peixes, garças, insetos, timões, etc.

Existem elementos interessantes nas transições público-privado (como entre a rua e os pátios internos, quando existe essa diferenciação) como a gentileza dos pequenos alpendres que abrigam os afazeres cotidianos, o uso de conchas marinhas para a pavimentação dos recuos de ajardinamento, do entorno das casas e da frente dos lotes, o emprego corriqueiro de pequenas cercas coloridas de madeira, geralmente com as pontas chanfradas e o uso muito recorrente de arbustos floridos e flores, que traçam novas composições cromáticas com as cores das casas nas épocas de floração. Essas lógicas serão aqui chamadas de saber-florir e saber-decorar, entendendo-se

que esses elementos estéticos, refletidos nas preferências ambientais da população, são fortemente regidos pelos seus saberes ambientais e populares.

Ainda em termos do contexto sociocultural da localidade, é interessante a similaridade entre o sistema de reprodução do trabalho da agricultura familiar e da pesca extrativa artesanal, tal como observado por Anjos, Niederle e Caldas (2004) em que toda a família é envolvida no sistema de produção. Isso possui implicações na divisão do trabalho por gênero, resultando em modos específicos de apropriação do espaço urbano pela população. Os homens tendem a realizar os trabalhos voltados aos barcos e a pesca, tendo mais aderência, portanto, aos espaços junto à orla. As mulheres tendem a assumir os trabalhos vinculados à limpeza e beneficiamento do pescado ao mesmo tempo que desempenham trabalhos domésticos e da maternidade, mantendo-se, normalmente, mais próximas à casa. Essa divisão torna a condicionar a definição de territorialidades diversas dentro do espaço urbano, os quais abarcam diferentes tipos de grupos e de atividades.

Seguindo essa lógica, o ambiente urbano é tomado pelas atividades vinculadas à pesca como o conserto e a confecção de redes, os trabalhos de carpintaria naval, a limpeza e o beneficiamento do pescado e a secagem do peixe ao sol. Essas atividades tendem a se concentrar nas áreas próximas à orla. São comuns as aglomerações masculinas em rodas de conversa nos barcos, junto ao atracadouro central. Rodas de conversa femininas, muitas vezes em cadeiras de praia, tendem a se concentrar na frente das casas. Comparecem também as brincadeiras infantis, o lazer da população nas ruas e na lagoa e a presença recorrente dos animais de estimação, e dos silvestres, associados aos ecossistemas lagunares.

O imaginário local tem muita referência com a religiosidade simbolizada pelo sincretismo religioso, de modo que o espaço urbano é tomado de elementos estéticos representativos da crença católica, principalmente, e também das religiões de matriz africana. Daí resultam as tradicionais festas populares, que ocorrem em variadas datas durante o ano, como a Festa do Peixe e do Camarão, o Festival de Cultura da Colônia Z3, e as festas dedicadas a São Pedro e a Nossa Sra. de Navegantes.

Entende-se que, apesar do passar dos anos e das constantes mudanças no cenário cultural e econômico da escala mundial até a local, muitos dos atributos de ordem estética e cultural que caracterizam o grupo social, sejam eles materiais ou imateriais, parecem permanecer se manifestando na paisagem. Isso demonstra a resistência da população em perseguir seus modos de vida tradicionais geracionais em uma pequena localidade onde a regulação urbana oficial ainda não se faz presente. Permanecem a reprodução dos saberes-fazeres artesanais na paisagem, a maioria dos elementos vinculados às preferências decorativas e os modos tradicionais de apropriação do espaço urbano pelas pessoas.

Transformações, permanências e desaparecimentos sobre o território

Nessa parte do artigo, será buscado demonstrar o histórico da ocupação urbana na Colônia de Pescadores Z3, associando-o aos contextos e limitações ambientais, territoriais e socioeconômicas, tais como discutidas anteriormente. A avaliação da trajetória histórica da localidade foi feita através da confecção e da análise de um conjunto de mapeamentos referentes a diferentes estágios da história da vila, de acordo com o material cartográfico disponível: imagens aéreas de 1953 e 1965, aerofotogrametrias de 1980 e 1995, e mapas de satélite de 2010 e 2018 (Figura 5). Um levantamento



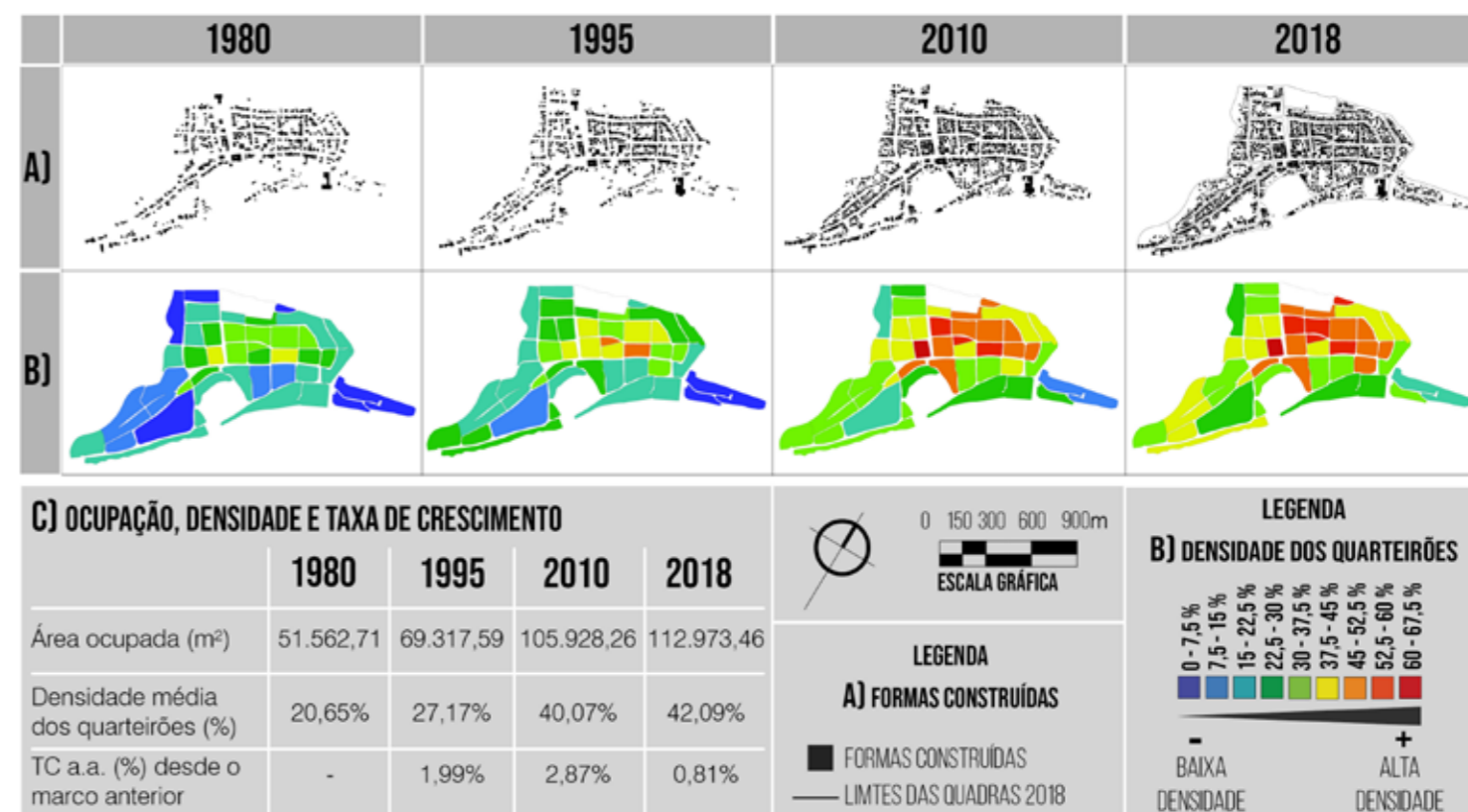
Figura 5 - Imagens matriciais da Colônia de Pescadores Z3: a) fotografia aérea de 1953; b) fotografia aérea de 1965; c) aerofotogrametria de 1980; d) aerofotogrametria de 1995; e) mapa de satélite de 2010 e f) mapa de satélite de 2018. Fonte: a) b) acervo da Agência Lagoa Mirim – UFPel; c) d) acervo da Secretaria de Gestão da Cidade e Mobilidade Urbana da Prefeitura Municipal de Pelotas; e), f) obtidos através do software GoogleEarth.

do sítio físico de 2018 foi realizado pelos autores, no qual a estrutura urbana da vila foi mapeada. Em seguida, para obter os mapeamentos dos anos anteriores, foram sobrepostas as respectivas imagens matriciais e removidos os elementos que ainda não se faziam presentes. Somente a partir da aerofotogrametria de 1980 é possível distinguir com precisão as construções e os arruamentos. Desse modo, a base espaço-temporal analisada compreendeu os seguintes marcos temporais: 1980, 1995, 2010 e 2018.

Os mapeamentos resultantes estão resumidos na Figura 6, onde são apresentadas, para cada marco temporal, as áreas ocupadas por formas construídas (A) e a densidade dos quarteirões (B). Na mesma figura, consta também uma tabela que apresenta, para cada marco temporal, as áreas ocupadas por formas construídas em metros quadrados, as densidades médias dos quarteirões em porcentagem e a taxa de crescimento ao ano para cada marco temporal calculado com base no estágio decorrido entre o marco temporal analisado e o anterior.

No primeiro marco temporal observado, 1980, o mapa das formas construídas demonstra que a maior parte das edificações ficava na metade superior, sobre a faixa de dunas fixadas por matas de restinga. O traçado mais regular observado nessa faixa permite inferir que ali a construção era mais facilitada. No mapa de 1953 constante na Figura 5, identifica-se que essa área corresponde ao princípio da ocupação da localidade. Em 1980, é possível observar o Santuário de Nsa. Sra. Dos Navegantes, uma pequena igreja construída de modo coletivo na década de sessenta pelos residentes locais a partir de recursos próprios. Seguindo a tradição portuguesa, a igreja foi construída no topo da duna, tangenciando a principal rua da vila e em posição de destaque em termos locacionais e visuais.

Em 1978 foi aberta, sobre a faixa de praia, a atual estrada de acesso à vila (FARIA *et al.*, 2013), pela extremidade sudoeste. A estrada percorre um longo caminho junto à faixa de areia, muito próxima à lagoa, desde o Balneário dos Prazeres, passando pela Praia do Totó. A nova estrada foi aberta para substituir outra estrada que vinha do bairro Areal, passando pelos campos litorâneos, mais afastada da lagoa. A degradação e a carência de manutenção da ponte sobre o Arroio Cotovelo (por onde passava a antiga estrada) e o interesse dos moradores da Z3 em ter um acesso à vila direto pela orla, onde estavam localizadas as peixarias, salgas e galpões, parecem ter constituído motivações para a troca.



Na situação averiguada em 1980, é evidente a orientação horizontal e a integração conservada da faixa de banhados, dividindo uma ocupação voltada à atividade pesqueira, próxima à orla, e outra mais consolidada sobre a faixa de dunas, onde predominam as moradias. Já é possível observar a sinuosidade dos caminhos sobre a faixa de banhados, que conectam essas duas parcelas da ocupação. As poucas construções sobre a faixa de banhados ficam restritas à via que vai do centro urbano em direção a orla a sudoeste, onde se situa o comércio dos pescados e o acesso pela nova estrada. Os arroios contíguos à vila possuíam o desenho do seu curso natural meandroso que se aproximava do assentamento. A densidade média dos quarteirões era de 20,65% em 1980, com uma área total de 51.562,71 m² ocupada pelas formas construídas.

A comparação entre 1980 e 1995 revela um processo de densificação e a consolidação da forma dos quarteirões na zona do centro urbano, na parte alta, bem como de crescimento para noroeste. É possível observar também o recrudescimento de áreas ocupadas em todas as áreas, sobretudo sobre a faixa de banhados. Apesar disso, o incremento de áreas ocupadas por formas construídas pode ser ainda considerado baixo: a densidade média dos quarteirões passa para 27,17%. Nota-se o aparecimento bastante significativo de construções e a consolidação dos quarteirões sobre os banhados da metade leste, ainda que o banhado central pareça ter permanecido conservado.

Na aerofotogrametria de 1995 (Figura 5), observa-se a convergência entre o avanço da urbanização sobre o banhado da extremidade sudoeste, próxima ao Arroio Sujo, e a retificação desse curso d'água, para que fosse possível fazer com que o canal desembocasse em um ponto mais distante na lagoa e que o núcleo urbano pudesse de expandir naquela direção. Infere-se que a aglomeração de comércios de pescados e a abertura da nova estrada podem ter sido fatores que motivaram esse modo de ocupação do território.

Figura 6 - Mapeamentos – A) formas construídas e B) densidade dos quarteirões – e tabela informando sobre a evolução das áreas ocupadas por formas construídas, densidades médias dos quarteirões e TC a.a. – taxa de crescimento ao ano para cada marco temporal em relação ao marco temporal anterior. Fonte: elaborado pelos autores com base nos levantamentos físicos e cartográficos anteriormente descritos, 2018.

Já em 2010, o incremento de áreas ocupadas (69.317,59 m²) e da densidade média dos quarteirões (40,07%) teve um aumento muito significativo. Esse evento pode ter relação com as boas safras de pescados na Laguna dos Patos dos anos noventa, e do contingente populacional que sofreu com o desemprego decorrente do fechamento das fábricas de doces em conserva nesse mesmo período.

É importante destacar que por volta dos anos 2000 foi aberto o ancoradouro no banhado central da Z3, nomeado pela população como *Divinéia* em referência à novela ao ar na época. Antes disso, as embarcações eram atracadas em estacas de madeira em *laguna-aberta* (FIGUEIRA, 2009), à deriva das ventanias e rebojos. Ainda que tenha conferido maior segurança aos pescadores e seus barcos, essa modificação nesse e nos demais ecossistemas, constituem-se como empecilhos para a morfodinâmica da linha de costa (DELAMARE; SIMON; SATO, 2015) incidindo em uma maior probabilidade de alagamentos e de enchentes mais severas.

Os padrões do crescimento urbano e da expansão da malha, entre 1995 e 2010, tendeu a replicar as dinâmicas averiguadas no período anterior. Em 2010, observa-se que houve uma consolidação da ocupação sobre o banhado a sudoeste e na faixa de areia a nordeste. Ademais, a ocupação mais consolidada, no centro urbano, sobre a faixa de dunas começa a apresentar taxas excessivas de ocupação.

No período entre 2010 e 2018, além do prosseguimento das dinâmicas de crescimento decorridas no período anterior, identificou-se uma nova tendência de extensão da urbanização na direção nordeste, junto à faixa de areia comparativamente larga (ver imagem de satélite de 2018 da Figura 5). Junto com a ocupação progressiva das demais áreas, nota-se um processo de adensamento próximo à zona de orla na metade sudoeste da vila, implicando em uma tendência de diminuição da largura da faixa de areia e na demarcação de lotes particulares, interrompendo o acesso físico e visual à lagoa.

Ainda que esse último intervalo seja temporalmente incongruente com os anteriores, o incremento das taxas de ocupação dos quarteirões já se mostram bem menores em relação aos períodos anteriores. A taxa de crescimento ao ano de 1,99%, averiguada no intervalo entre 1980 e 1995, dobra para 2,87% entre 1995 e 2010 e torna a recuar de modo drástico para 0,87% entre 2010 e 2018. Não se pretende estabelecer relações causais simples entre os fatos e os dados espaciais levantados, mas é possível traçar a consideração de que as limitações socioeconômicas e territoriais tem resultado em impactos problemáticos no perfil demográfico da comunidade.

Mais do que isso, é temido que o cenário de crise econômica vinculado à pesca, em conjunto com as limitações de ordem ambiental e territorial, possam estar incidindo em uma tendência de hostilização e desvalorização da cultura do lugar. Entende-se que a compreensão da geografia histórica local, enquanto atrelada aos encadeamentos sociais, políticos, econômicos e culturais, permite identificar, em última instância, que a manutenção e a continuidade dos modos de vida tradicionais e das tipicidades culturais e estéticas da localidade constituem-se como uma necessidade no planejamento territorial. Mais do que isso, entende-se que seja necessário compreender e incorporar os aspectos vinculados à identidade do grupo social nas práticas de planejamento.

Considerações finais

Ao desenvolver sobre a história geográfica do caso estudado, este trabalho constitui uma contribuição para visibilizar as particularidades da localidade e as situações nas quais se encontra. A partir da organização de informações a respeito da história geográfica da localidade foram pontuados e conectados eventos do processo histórico de ocupação do território, priorizando-se aspectos ambientais, políticos, econômicos, sociais e culturais.

Por um lado, a comunidade se constitui de uma riqueza etnocultural, simbolizada pelas influências gaúchas, catarinenses e portuguesas, pela sua paisagem de elementos baseados nos saberes populares e ambientais, pelas preferências decorativas e pelas tradições e técnicas vinculadas à pesca artesanal, as quais têm permanecido presentes na paisagem. Por outro, ela sofre com a crise da pesca no campo econômico e com a crise habitacional e socioambiental decorrentes das suas limitações territoriais.

A maior preocupação sinalizada nessa pesquisa se refere às problemáticas de ordem ambiental, política, habitacional e socioeconômica que, para além das influências perversas que exercem sobre o território, também podem estar produzindo impactos preocupantes sobre o ambiente cultural, e, conseqüentemente, sobre a valorização da cultura e sobre a reprodução do tecido social. A população tem buscado, de diversas formas, resistir à essa situação, o que tem possibilitado a permanência da maioria dos elementos culturais e estéticos da paisagem.

No entanto, é entendido que a manutenção e a continuidade dos modos de vida tradicionais e das tipicidades culturais e estéticas da comunidade, frente às situações discutidas, constituem-se como uma necessidade no planejamento territorial. Acredita-se que o poder público poderia desempenhar um papel mais eficiente nesse aspecto, mediando as relações entre os diferentes atores envolvidos e buscando alternativas ao quadro problemático.

Por fim, o estudo evidencia a importância da pesquisa histórico-geográfica aplicada ao território, à paisagem e ao planejamento territorial, sobretudo em quando direcionada às pequenas localidades. Como se pressupunha, a partir da compreensão das transformações e permanências naturais e humanas no processo histórico de ocupação do território e de produção de identidades estéticas e culturais sobre a paisagem, foi possível traçar um conjunto de considerações quanto ao passado e ao presente, as quais estão operando sistematicamente para a produção do futuro.

Referências

ANDREOTTI, Giuliana. *Paisagens Culturais*. Curitiba: Editora UFPR, 2013.

ANJOS, Flávio Sacco dos; NIEDERLE, Paulo André; CALDAS, Nádia Velleda. Pluriatividade e pesca artesanal: o caso da Colônia Z-3 em Pelotas, RS. *Revista Sociedade em Debate*, v. 10, n. 3, p. 9–42, 2004.

ANJOS, Flávio Sacco dos; NIEDERLE, Paulo André; SCHUBERT, Maycon; SCHNEIDER, Sérgio; GRISA, Cátia; CALDAS, Nádia Velleda. Pesca artesanal e pluriatividade: o caso da colônia Z3 em Pelotas, RS. In: II Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, UNISC. *Anais eletrônicos*. Santa Cruz do Sul, 2004, p. 1-25. Disponível em: <https://www.unisc.br/site/sidr/2004/urbano/08.pdf>. Acesso em:

24 jul. 2020.

CARLSON, Allen. *Nature and Landscape*. New York: Columbia University Press, 2009.

CLAVAL, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999.

CONZEN, Michael Robert Günter. Alnwick, Northumberland: A study in town plan analysis. *Institute of British Geographers Publication 27*, n. 27, 1960.

DELAMARE, Tatiane Oliveira; SIMON, Adriano Luís Heck; SATO, Simone Emiko. Dinâmica de uso da terra e alterações na linha de costa lagunar: estudo em uma Colônia de Pescadores de Pelotas, RS, Brasil. *Revista de Gestão Costeira Integrada*. v. 15, n. 2, p. 237-248, 2015.

DELAMARE, Tatiane Oliveira. *Zoneamento Geoambiental da Colônia Z3 - 2º distrito de Pelotas (RS)*. 2017. 127 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

FARIA, Ana Paula Neto de; PALMA, Niara Clara; NAOUMOVA, Natalia. Planejamento integrado: conexão espacial e visual entre a paisagem natural e urbana. In: ROCHA, Eduardo; MENDONÇA, Carolina Fernandes; KUHLHOFF, Ivan Ribeiro (Org.). *[Entre] Cruzamentos: ensaios sobre a cidade na contemporaneidade*. Pelotas: Ed. Universitária da UFPel, 2013, p. 115-136.

FIGUEIRA, Michel Constantino. *Colônia de Pescadores Z3, Pelotas – RS: da crise na pesca à expansão do turismo com base no patrimônio cultural*. 2009. 157p. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciência Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

GONÇALVES, Gustavo Maciel; FARIA, Ana Paula Neto. Planejamento cultural e estético da paisagem urbana costeira. *Projectare*. v. 1, n. 10, p. 222-246, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2000*. Resultados do Universo Agregados por Setor Censitário. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2003. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso: 12 fev. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Resultados do Universo Agregados por Setor Censitário. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2011. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso: 12 fev. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Malha Municipal Digital da Divisão Político-Administrativa Brasileira 2020*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso: 20 jan. 2021.

MALDONADO, Simone Carneiro. *Pescadores do mar*. São Paulo: Ática, 1986.

MASSEY, Doreen Barbara. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

NETTO, Maria Manoela Gimmler; COSTA, Stäel de Alvarenga Pereira; LIMA, Thiago Barbosa. Bases conceituais da escola inglesa de morfologia urbana. *Paisagem e*

Ambiente, n. 33, p. 29-48, 2014.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *Espacio y Metodo*. Barcelona: Geocrítica, 1986.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

SEPÄNMAA, Yrjö. *The beauty of environment: A general model for environmental aesthetics*. 2. ed. Denton: Environmental Ethics Books, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: INÁ, Elias de Castro; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). *Geografia: Conceitos e Temas*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia. Um estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1980.

WHITEHAND, Jeremy. British Urban Morphology: the Conzenian tradition. *Urban Morphology*, Proceedings Cincinnati, v. 5, n. 2, p 103-109, 2001.